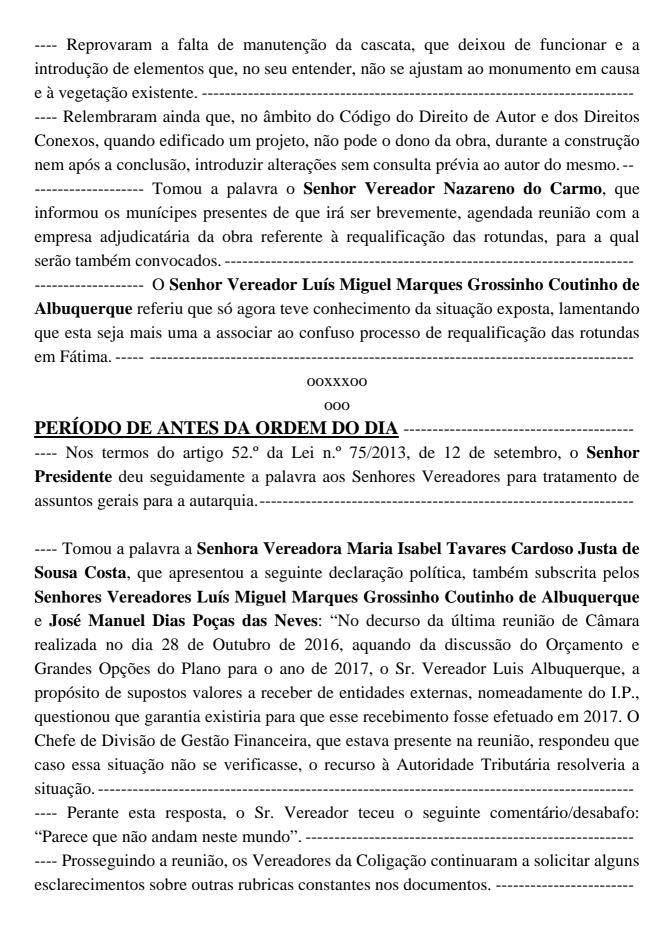


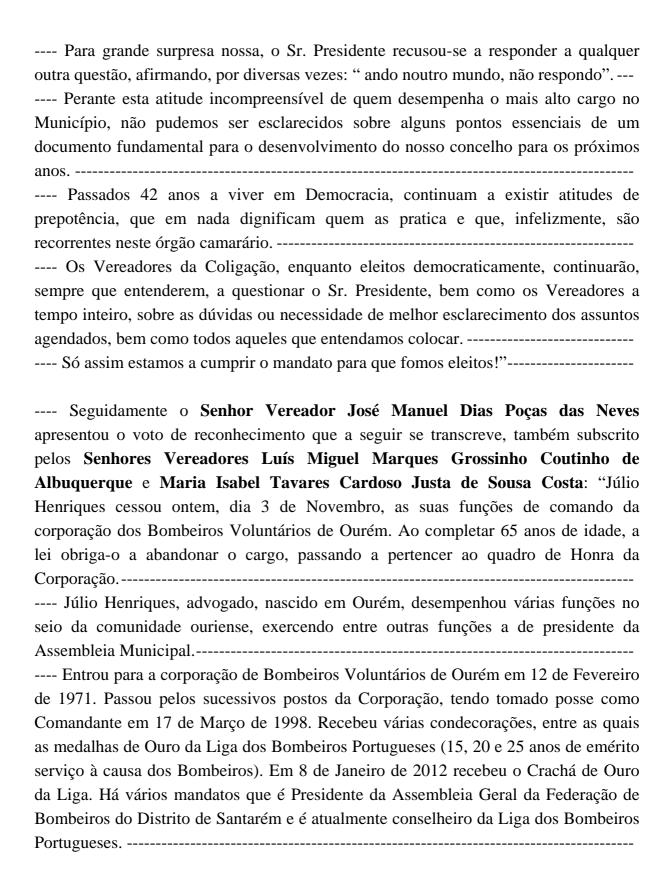
ATA N.º 25 (REUNIÃO PÚBLICA)

Aos quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezasseis, na Cidade de
Ourém, no edifício sede deste Município e na Sala de Reuniões, à hora designada,
reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, estando presentes, além do
Excelentíssimo Presidente, Senhor PAULO ALEXANDRE HOMEM DE OLIVEIRA
FONSECA, os Senhores Vereadores: LUÍS MIGUEL MARQUES GROSSINHO
COUTINHO DE ALBUQUERQUE, NAZARENO JOSÉ MENITRA DO CARMO,
JOSÉ MANUEL DIAS POÇAS DAS NEVES, MARIA LUCÍLIA MARTINS VIEIRA,
MARIA ISABEL TAVARES CARDOSO JUSTA DE SOUSA COSTA e JOÃO PAULO
PINA REBELO, comigo Clarisse Isabel Pereira Neves, Chefe da Divisão de
Atendimento ao Munícipe e Ativos Humanos
OOXXXOO
000
ABERTURA DA REUNIÃO
O SENHOR PRESIDENTE DECLAROU ABERTA A REUNIÃO E
FORAM SEGUIDAMENTE TRATADOS OS ASSUNTOS CONSTANTES DA ORDEM
DO DIA (ANEXO I), ELABORADA NOS TERMOS DO ARTIGO 53.º DA LEI N.º
75/2013, DE 12 DE SETEMBRO
OOXXXOO
000
INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE
De acordo com o que foi deliberado na reunião de 29 de maio de 2015, a Câmara
começou por ouvir os seguintes munícipes presentes:
começou por ouvir os seguintes municipes presentes
Francisco Luís de Sampaio Nunes Marques (arquiteto) e Fernando Alves
Francisco Duis de Sampaio Munes Marques (arquiteto) e refliando Alves

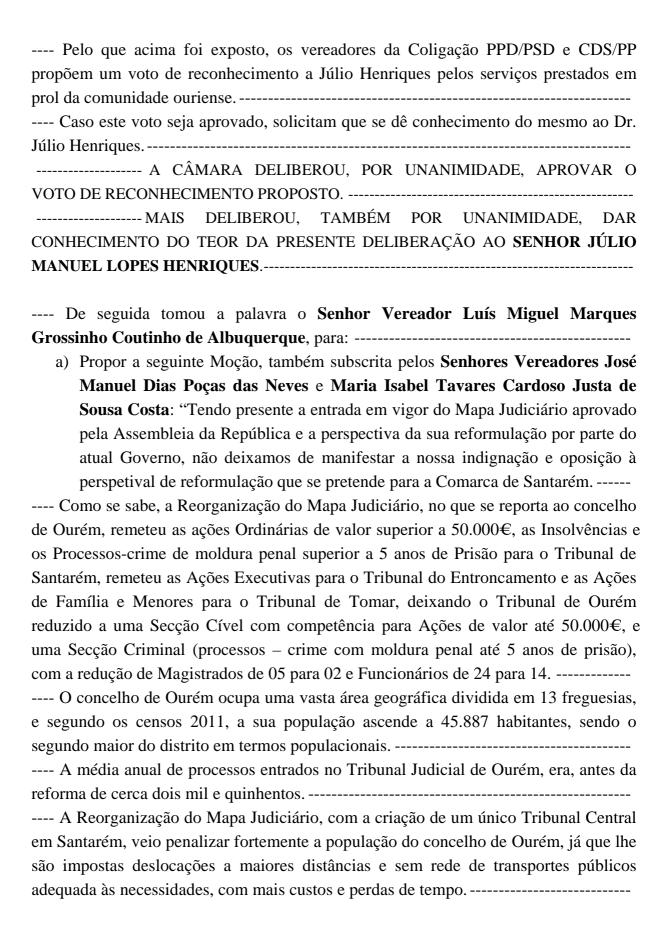




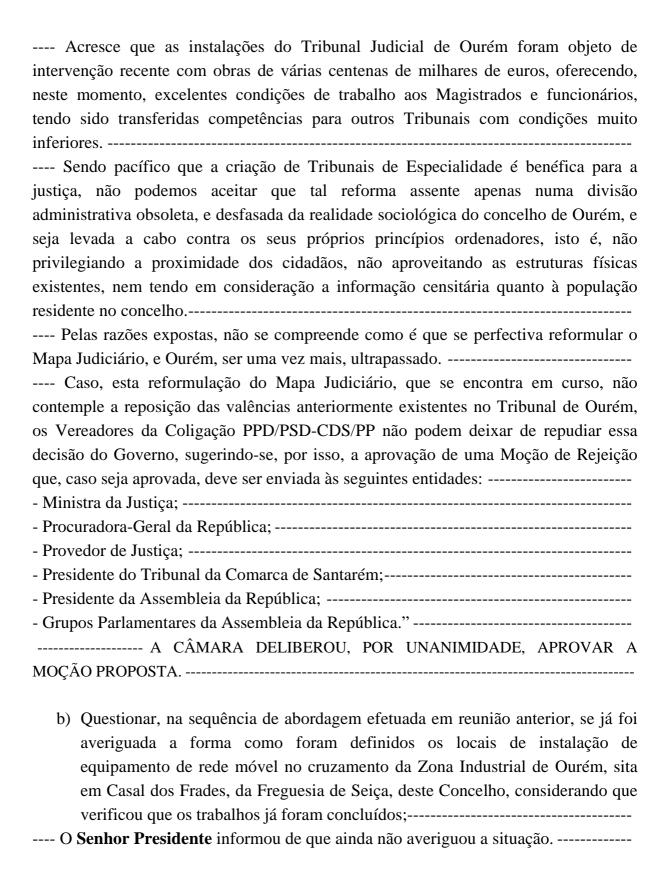




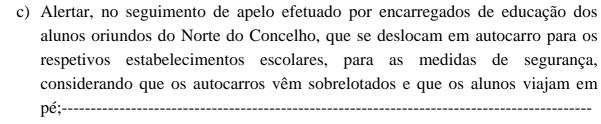












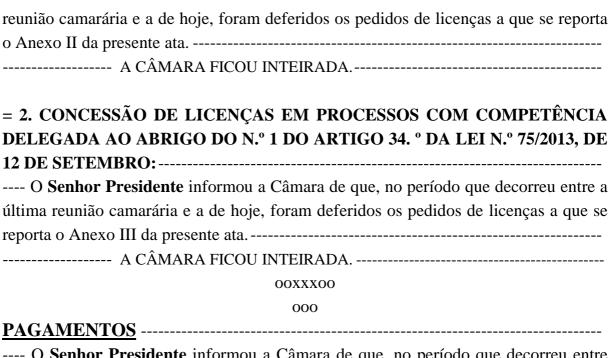
---- O **Senhor Presidente** tomou nota da situação e aproveitou a ocasião para propor uma moção de profundo protesto, a remeter às respetivas entidades, para que sejam aplicadas, entre entidades privadas e públicas, as mesmas regras de segurança no transporte de passageiros, tendo a mesma merecido a concordância de todo o executivo. ------

- d) Lamentar que os Senhores vereadores da oposição não tenham sido convidados para a abertura oficial da Feira de Santa Iria, situação que tem sido recorrente; -
- e) Recomendar que, na sequência de notícia publicada em jornal local, seja averiguada a eventual situação de incompatibilidade das funções exercidas pelo Dirigente da Subunidade Orgânica de 3.º Grau de Relações Institucionais e Comunicação desta Autarquia, enquanto proprietário de uma estação de rádio local, com a qual o Município tem contratos de publicidade;-------

ooxxxoo

000





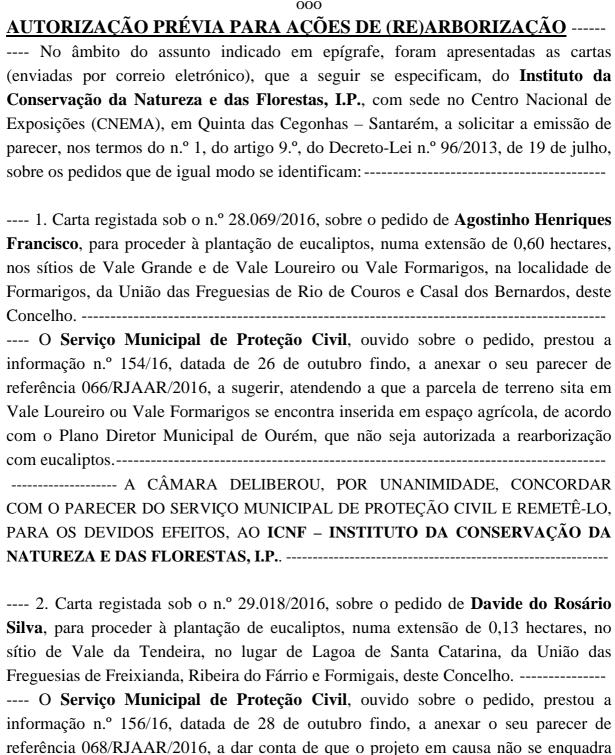
---- O Senhor Presidente informou a Câmara de que, no período que decorreu entre 20 de outubro findo e 03 de novembro em curso, foram efetuados os pagamentos, a que se reportam as autorizações a seguir indicadas, que colocou à disposição de todos, para efeitos de consulta e confirmação, no valor de 1.869.164,23€: 2585, 2586, 2782, 2785, 2804, 2806 a 2844, 2847 a 2862, 2865, 2866, 2868 a 2874, 2876, 2883 a 2886, 2888 a 2915, 2917, 2919 a 2922, 2924 a 2932, 2935 a 2938, 2940 a 2944, 2948 a 2953, 2955, 2958, 2960 a 2964, 2966 a 2977, 2979 a 2982, 2984 a 2994, 2995/1, 2995/2, 2996/1, 2996/2, 2996/3, 2996/4, 2996/5, 2996/6, 2997/1, 2998/1, 2998/2, 2998/3, 2998/4, 2998/5, 2998/6, 2998/7, 2998/8, 2998/9, 2999/1, 2999/2, 2999/3, 2999/4, 2999/5, 2999/6, 2999/7, 2999/8, 2999/9, 3000/1, 3000/2, 3000/3, 3000/4, 3000/5, 3000/6, 3000/7, 3000/8, 3000/9, 3001/1, 3001/2, 3001/3, 3001/4, 3001/5, 3001/6, 3002/1, 3002/2, 3002/3, 3002/4, 3002/5, 3002/6, 3002/7, 3002/8, 3003/1, 3003/2, 3003/3, 3003/4, 3003/5, 3003/6, 3003/7, 3003/8, 3004/1, 3004/2, 3004/3, 3004/4, 3004/5, 3004/6, 3005/1, 3005/2, 3005/3, 3005/4, 3005/5, 3005/6, 3005/7, 3005/8, 3006/1, 3006/2, 3006/3, 3006/4, 3006/5, 3006/6, 3007/1, 3007/2, 3007/3, 3007/4, 3007/5, 3008/1, 3008/2, 3008/3, 3008/4, 3009/1, 3009/2, 3009/3, 3009/4, 3009/5, 3009/6, 3010/1, 3010/2, 3010/3, 3010/4, 3010/5, 3010/6, 3011/1, 3011/2, 3011/3, 3011/4, 3011/5, 3012/1, 3013/1, 3013/2, 3013/3, 3013/4, 3014/1, 3014/2, 3014/3, 3014/4, 3014/5, 3015/1, 3015/2, 3015/3, 3015/4, 3016/1, 3016/2, 3016/3, 3017 a 3033, 3035 a 3044, 3046 a 3059, 3062, 3063, 3065 a 3071, 3074 a 3076 e 3078 a 3087.-----

------ A CÂMARA FICOU INTEIRADA. ------



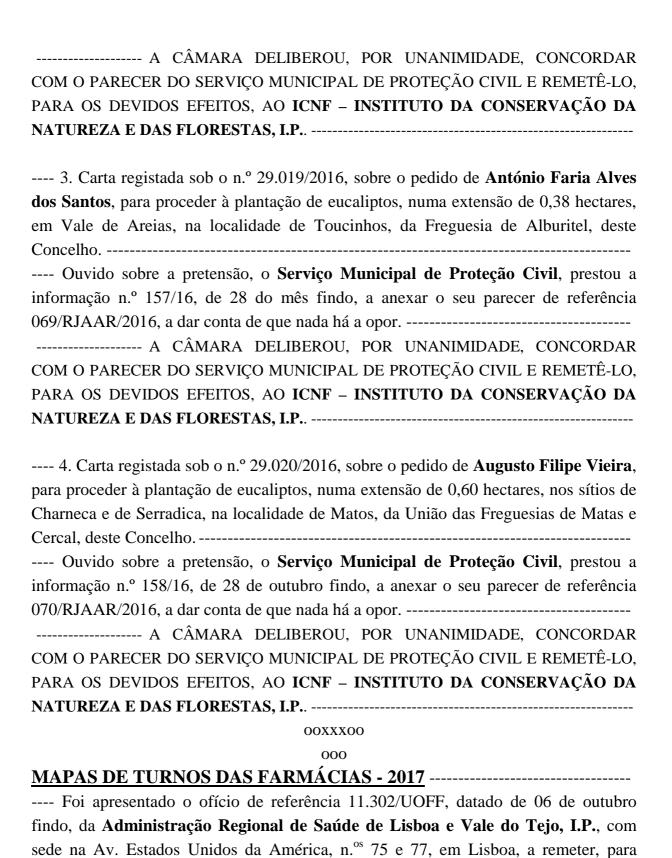
OOXXXOO

000



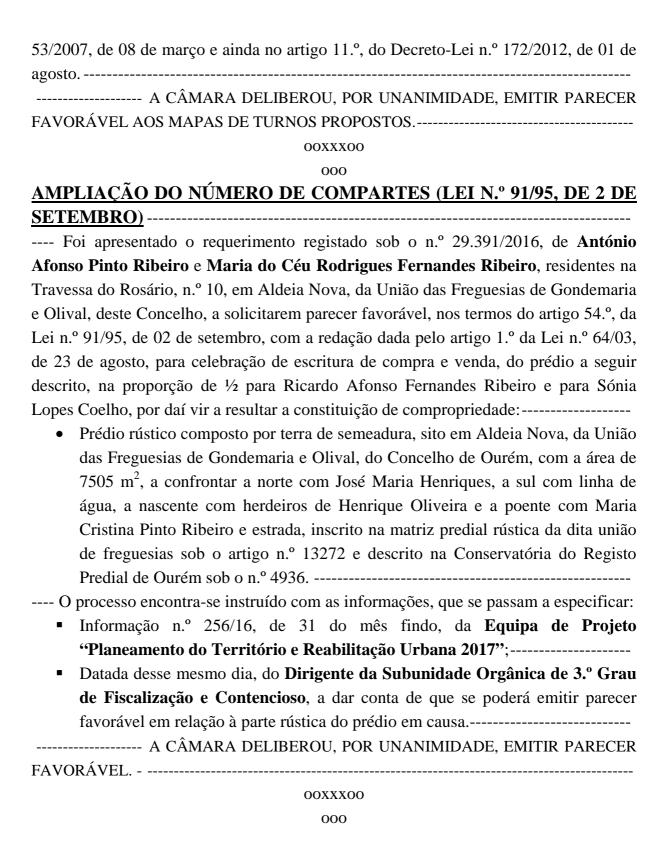
nas orientações técnicas do Manual de Rede Primária, elaborado pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.. -----



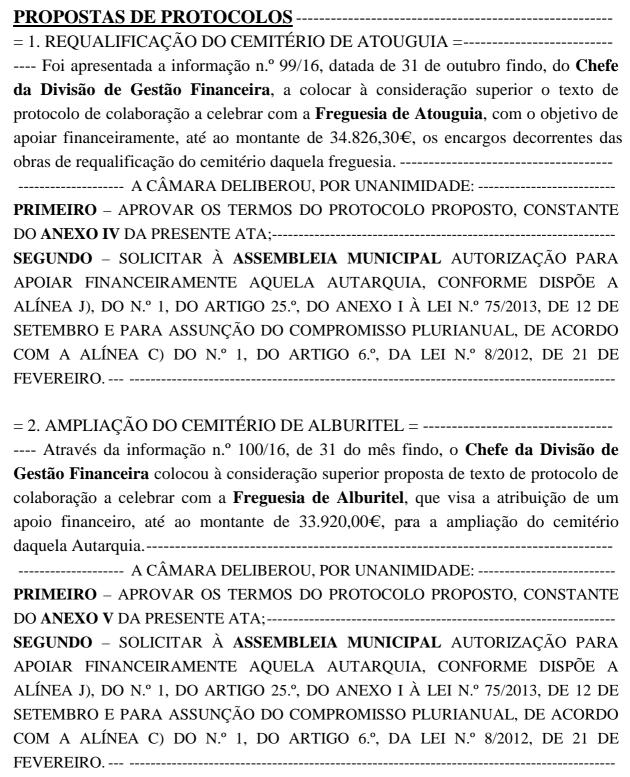


aprovação, a proposta de escala de turnos das farmácias do Município de Ourém para o ano 2017, em cumprimento do disposto nos artigos 8.º e 10.º, do Decreto-Lei n.º











OURÉMVIVA - GESTÃO DE EVENTOS, SERVIÇOS E
EQUIPAMENTOS, E.M., S.A.
= 1. CONTRATOS-PROGRAMA PARA O ANO 2017 =
Foi apresentado o ofício n.º 315/2016, de 19 de outubro findo, da empresa
municipal acima referenciada, com sede no Edifício do Centro de Negócios, na Rua
Melvin Jones, n.º 25, nesta cidade, a remeter, em conformidade com o artigo 47.º, da
Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, os textos dos contratos-programa, para o ano 2017,
para as áreas que a seguir se especificam e bem assim o Parecer do Fiscal Único sobre
os mesmos:
> Serviços escolares;
➤ Gestão do Cineteatro Municipal;
> Equipamentos culturais;
➤ Gestão e dinamização das Piscinas de Ourém e de Caxarias;
➤ Gestão e dinamização dos Pavilhões do Município;
> Gestão da Ucharia do Conde;
➤ Gestão do Complexo Desportivo de Caridade
O Chefe da Divisão de Gestão Financeira, ouvido sobre o assunto, prestou a
informação n.º 101/16, datada de 31 de outubro findo, que se passa a transcrever:
"Análise face ao PAF (Plano de Ajustamento Financeiro)
Os contratos propostos estão enquadrados com as metas definidas no âmbito do
Plano de Ajustamento Financeiro, para o ano em referência, ao situarem-se inferiores
aos valores limite estabelecidos, em 451,96 euros
Quadro A – Contratos Programa estabelecidos em 2016

Combustos Das susses	Valores contratualizados em 2016				
Contratos Programa	Anual s/iva	Tx. IVA	Anual c/ iva		
Serviços Escolares	186.560,00€	não sujeito	186.560,00€		
Gestão do cineteatro municipal	45.156,00€	não sujeito	45.156,00€		
Equipamentos culturais	86.820,00€	não sujeito	86.820,00€		
Gestão e dinamização das Piscinas de Ourém e Caxarias	280.908,00€	não sujeito	280.908,00€		
Gestão e dinamização dos Pavilhões do Município	85.656,00€	não sujeito	85.656,00€		
Gestão da Ucharia do Conde	20.376,00€	não sujeito	20.376,00€		
Gestão do Complexo Desportivo da Caridade	32.520,00€	não sujeito	32.520,00€		
TOTAL	737.996,00 €		737.996,00€		



------Quadro B – Metas PAF 2017 e os valores propostos -----

Contrates Description		Metas admissíve	Valor proposto OUREMVIVA (2017)			
Contratos Programa	Var.(%)	Anual s/ iva	Tx. IVA	Anual c/ iva	Anual s/IVA	Desvio
Serviços Escolares	1,00%	188.425,60€	não sujeito	188.425,60€	188.364,00€	-61,60€
Gestão do cineteatro municipal	1,00%	45.607,56 €	não sujeito	45.607,56€	45.612,00€	4,44 €
Equipamentos culturais	1,00%	87.688,20€	não sujeito	87.688,20€	87.048,00€	-640,20€
Gestão e dinamização das Piscinas de Ourém e Caxarias	1,00%	283.717,08€	não sujeito	283.717,08€	283.848,00€	130,92 €
Gestão e dinamização dos Pavilhões do Município	1,00%	86.512,56€	não sujeito	86.512,56€	86.556,00€	43,44 €
Gestão da Ucharia do Conde	1,00%	20.579,76€	não sujeito	20.579,76€	20.640,00€	60,24€
Gestão do Complexo Desportivo da Caridade	1,00%	32.845,20€	não sujeito	32.845,20€	32.856,00€	10,80€
TOTAL		745.375,96 €		745.375,96 €	744.924,00€	-451,96 €

• Enquadramento orçamental -----

---- Os documentos previsionais para 2017 estão, actualmente, em fase de aprovação, salientando-se que as despesas propostas estão previstas nos documentos elaborados. -

• Fundos disponíveis nos termos da LCPA -----

---- O apuramento dos fundos disponíveis é efectuado tendo por base períodos móveis semestrais (nos termos da alteração recentemente ocorrida). Contudo, a despesa proposta irá iniciar a sua incidência apenas a partir de janeiro de 2017, razão pela qual, tendo em vista garantir que no primeiro dia útil de 2017, o compromisso a registar possa dispor, inequívoca e garantidamente, de fundos disponíveis suficientes, torna-se prudente solicitar um pedido excepcional de aumento de fundos disponíveis. --------- Note-se que, nos termos do estabelecido do artigo 4.º da Lei n.º 8/2012 (LCPA), de 21 de fevereiro e observadas as regras dispostas no n.º 6 do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 12 de junho, a título excepcional podem ser acrescidos aos fundos disponíveis, outros montantes desde que expressamente autorizados. --------- A referida autorização compete à câmara municipal (sem possibilidade de delegação) salvo quando as entidades violem o disposto no artigo 7.º da LCPA, ou seja, aumentem o stock dos pagamentos em atraso, circunstância em que a aplicação desta excepção de aumento temporário de fundos disponíveis está condicionada à autorização do órgão deliberativo e do membro do Governo responsável pela área das finanças.-----

---- Consequentemente, em observância à LCPA e considerando que actualmente o Município de Ourém não dispõe de qualquer pagamento em atraso, a competência para autorização de um pedido excepcional de aumento temporário de fundos disponíveis incide sobre o órgão executivo (Câmara Municipal).------



------Quadro C – Receitas a antecipar em 2017 ------

	Descrição da receita	montante a antecipar	observações
- 1	Fundo de Equilíbrio Financeiro (componente corrente)	8.896.119,00 €	valor constante na proposta de Orçamento da Estado para 2017

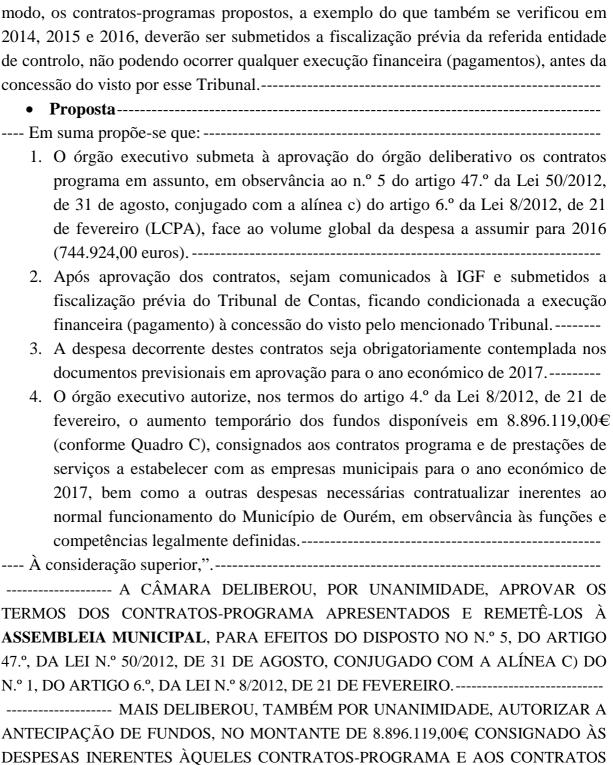
• Objeto dos contratos -----

---- Em observância ao definido no n.º 5 do artigo 47.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, estes contratos são aprovados pelo órgão deliberativo, sob proposta do órgão executivo. -----

---- Complementarmente, conforme dispõe o n.º 7 do artigo 47.º da mencionada lei, a celebração de contratos-programa deve ser comunicada à Inspeção-Geral de Finanças (IGF) e, quando não esteja sujeita a visto prévio, ao Tribunal de Contas (TC). Assim, verifica-se, numa primeira análise, que qualquer um dos contratos em assunto, apenas estariam sujeitos à fiscalização prévia do TC, caso estivesse relacionados e, nessa condição, totalizassem um montante superior a 350 mil euros (individualmente ou no somatório dos contratos relacionados entre si, valor sem IVA – nos termos da LOPTC), circunstância que os impelia a estarem sujeitos a visto prévio. Ora, apesar de, em minha opinião, tal circunstância não se verificar, sucede que, em 2013, o TC



considerou os contratos-programa sujeitos a fiscalização prévia, conforme demonstra o despacho exarado por esse Tribunal, em 14/10/2013 (data em que em sessão diária, foram visados os referidos contratos inerentes ao ano económico de 2013). Deste modo, os contratos-programas propostos, a exemplo do que também se verificou em 2014, 2015 e 2016, deverão ser submetidos a fiscalização prévia da referida entidade de controlo, não podendo ocorrer qualquer execução financeira (pagamentos), antes da concessão do visto por esse Tribunal.-----

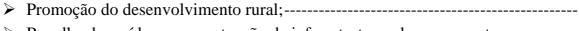


DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A ESTABELECER COM AS EMPRESAS



	PAIS, PARA O ANO ECONOMICO DE 2017, BEM COMO A OUTRAS
	AS NECESSÁRIAS CONTRATUALIZAR, INERENTES AO NORMAL
	NAMENTO DO MUNICÍPIO, EM OBSERVÂNCIA ÀS FUNÇÕES E
COMPE	TÊNCIAS LEGALMENTE DEFINIDAS
Aqua	ando da discussão do presente processo, a Senhora Vereadora Lucília Vieira
ausentou-	se da sala, por ser Presidente do Conselho de Administração da Ourémviva -
Gestão d	e Eventos, Serviços e Equipamentos, E.M., S.A
	~
	NTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA 2017 =
	apresentado o ofício n.º 316/2016, datado de 19 de outubro findo, da
	iva – Gestão de Eventos, Serviços e Equipamentos, E.M., S.A., com sede
	cio do Centro de Negócios, na Rua Melvin Jones, n.º 25, nesta cidade, a
remeter,	em conformidade com o artigo 36.°, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, os
	os contratos de prestação de serviços, para o ano 2017, referentes às áreas que
se passai	n a especificar:
	fanutenção dos espaços verdes escolares e de edifícios públicos;
	poio à Ação Social;
	poio à Internacionalização;
> A	poio à Proteção Civil;
> C	omunicação e Imagem;
> C	onservação e manutenção de equipamentos educativos de 2.º e 3.º Ciclos;
> C	onservação e manutenção de equipamentos educativos dos Jardins de Infância
e	Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico;
> C	onservação, vigilância e limpeza do Parque da Cidade Dr. António Teixeira e
de	Mercado Municipal Manuel Prazeres Durão;
> E	ventos e animação;
> E	xploração e manutenção de ETAR's;
> G	estão do Centro de Negócios de Ourém;
> G	estão do estacionamento taxado no Concelho de Ourém;
> L	impeza, pequenas reparações e vigilância de edifícios e sanitários públicos;
> N	Ianutenção de instalações de âmbito social;
	Ianutenção de instalações e equipamentos de âmbito cultural;
	lanutenção de espaços de lazer;
	olaboração no domínio do Ordenamento do Território, Urbanismo, Política de
	olos e Reabilitação Urbana;
	estão do Gabinete Técnico Florestal:





- > Recolha de resíduos e manutenção de infraestruturas de saneamento; ------
- > Transportes escolares; ------
- > Apoio à atividade escolar, vigilância e acompanhamento de crianças; -----
- > Exploração de instalações elétricas em infraestruturas Municipais.-----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** prestou a sua informação n.º 102/16, de 31 de outubro findo, que a seguir se reproduz na íntegra: ---

• "Análise face ao PAF (Plano de Ajustamento Financeiro) -----

----Quadro A – Contratos de prestações de serviços estabelecidos em 2016-----

	2016				
Contratos de Prestação de Serviços	Anual s/IVA	Tx. IVA	Anual c/ IVA		
M anutenção dos jardins municipais e espaços verdes escolares	387.528,00€	1,23	476.659,44€		
Apoio à ação social	63.132,00 €	1,23	77.652,36€		
Apoio à internacionalização	41.676,00 €	1,23	51.261,48 €		
Apoio à proteção civil	18.408,00 €	1,23	22.641,84 €		
Com unicação e imagem	51.996,00 €	1,23	63.955,08€		
Conservação e manutenção de equipamentos educativos de 2º e 3º ciclos	50.172,00 €	1,23	61.711,56€		
de 2 = e 3 = titlos Conservação e manutenção de equipamentos educativos dos JI's e EB1's	149.628,00 €	1,23	184.042,44€		
Conserv, Vig. E limpeza do Parque Dr. Ant. Teixeira e M ercado M unicipal	128.088,00 €	1,23	157.548,24 €		
Eventos, Animação e Desporto	46.080,00 €	1,23	56.678,40 €		
Exploração e manutenção de ETAR's	136.572,00 €	1,06	144.766,32€		
Gestão do Centro de Negócios de Ourém	66.864,00 €	1,23	82.242,72€		
Gabinete Técnico Florestal	59.832,00 €	1,23	73.593,36 €		
Gestão do estacionamento tarifado na cidade de Ourém	0,00 €	1,23	0,00€		
Limpeza, pequenas reparações e vigilância de edifícios e sanitários públicos	145.644,00 €	1,23	179.142,12 €		
M anutenção de instalações de âmbito social	70.380,00 €	1,23	86.567,40€		
M anutenção de instalações de equipam entos de âm bito cultural	32.532,00 €	1,23	40.014,36 €		
M anutenção de espaços de lazer	101.376,00 €	1,23	124.692,48 €		
Colaboração na revisão do PDM e Urbanismo	195.684,00 €	1,23	240.691,32€		
Promoção do desenvolvimento rural	53.508,00 €	1,23	65.814,84 €		
Recolha de resíduos e manutenção de infraestruturas de	94.968,00 €	1,06	100.666,08 €		
saneam ento Transportes Escolares	242.688,00 €	1,23	298.506,24 €		
Vigilância de Crianças	210.828,00 €	1,23	259.318,44€		
Exploração de Instalações Elétricas em Infraestruturas Municipais	31.248,00 €	1,23	38.435,04 €		
TOTAL	2.378.832,00 €		2.886.601,56€		



-----Quadro B – Metas PAF 2017 e os valores propostos -----

Contract of Director of the Complete		Metas admissíveis	Valor proposto OUREMVIVA (2017)			
Contratos de Prestação de Serviços	Var.(%)	Anual s/ iva	Tx. IVA	Anual c/ iva	Anual c/IVA	Desvio
Manutenção de espaços verdes escolares e edifícios públicos		391.403,28 €	1,23	481.426,03€	315.406,44€	-166.019,59 €
Apoio à ação social	1,00%	63.763,32 €	1,23	78.428,88€	78.523,20€	94,32 €
Apoio à internacionalização	1,00%	42.092,76 €	1,23	51.774,09€	51.600,96€	-173,13 €
Apoio à proteção civil	1,00%	18.592,08 €	1,23	22.868,26€	22.804,20€	-64,06 €
Comunicação e imagem	1,00%	52.515,96 €	1,23	64.594,63€	64.604,52€	9,89 €
Conservação e manutenção de equipamentos educativos de 2º e 3º ciclos	1,00%	50.673,72 €	1,23	62.328,68€	62.287,20€	-41,48 €
Conservação e manutenção de equipamentos educativos dos JI's e EB1's	1,00%	151.124,28 €	1,23	185.882,86€	186.226,92€	344,06 €
Conserv, Vig. E limpeza do Parque Dr. Ant. Teixeira e Mercado Municipal Manuel Prazeres Durão	1,00%	129.368,88 €	1,23	159.123,72€	159.334,20€	210,48 €
Eventos, Animação e Desporto	1,00%	46.540,80 €	1,23	57.245,18€	57.195,00€	-50,18 €
Exploração e manutenção de ETAR's	1,00%	137.937,72 €	1,06	146.213,98€	146.318,16€	104,18 €
Gestão do Centro de Negócios de Ourém	1,00%	67.532,64 €	1,23	83.065,15€	82.980,72€	-84,43 €
Gabinete Técnico Florestal	1,00%	60.430,32 €	1,23	74.329,29€	74.449,44€	120,15 €
Gestão do estacionamento tarifado na cidade de Ourém	1,00%	0,00 €	1,23	0,00€	0,00€	0,00 €
Limpeza, pequenas reparações e vigilância de edifícios e sanitários públicos	1,00%	147.100,44 €	1,23	180.933,54€	180.942,84€	9,30 €
Manutenção de instalações de âmbito social	1,00%	71.083,80 €	1,23	87.433,07€	87.467,76€	34,69 €
Manutenção de instalações de equipamentos de âmbito cultural	1,00%	32.857,32 €	1,23	40.414,50€	40.427,64€	13,14 €
Manutenção de espaços de lazer	1,00%	102.389,76 €	1,23	125.939,40€	125.755,20€	-184,20
Colaboração na revisão do PDM e Urbanismo	1,00%	197.640,84 €	1,23	243.098,23€	243.067,68€	-30,55 €
Promoção do desenvolvimento rural	1,00%	54.043,08 €	1,23	66.472,99€	66.479,04€	6,05 €
Recolha de resíduos e manutenção de infraestruturas de saneamento	1,00%	95.917,68 €	1,06	101.672,74€	101.798,16€	125,42 €
Transportes Escolares	1,00%	245.114,88 €	1,23	301.491,30€	300.823,56€	-667,74 €
Vigilância de Crianças	1,00%	212.936,28 €	1,23	261.911,62€	262.299,96€	388,34 €
Exploração de Instalações Elétricas em Infraestruturas Municipais*	1,00%	31.560,48 €	1,23	38.819,39€	38.479,32€	-340,07 €
TOTAL		2.402.620,32 €		2.915.467,58€	2.749.272,12€	-166.195,46 €

• Enquadramento orçamental -----

---- Os documentos previsionais para 2017 estão, actualmente, em fase de aprovação, salientando-se que as despesas propostas estão previstas nos documentos elaborados. -

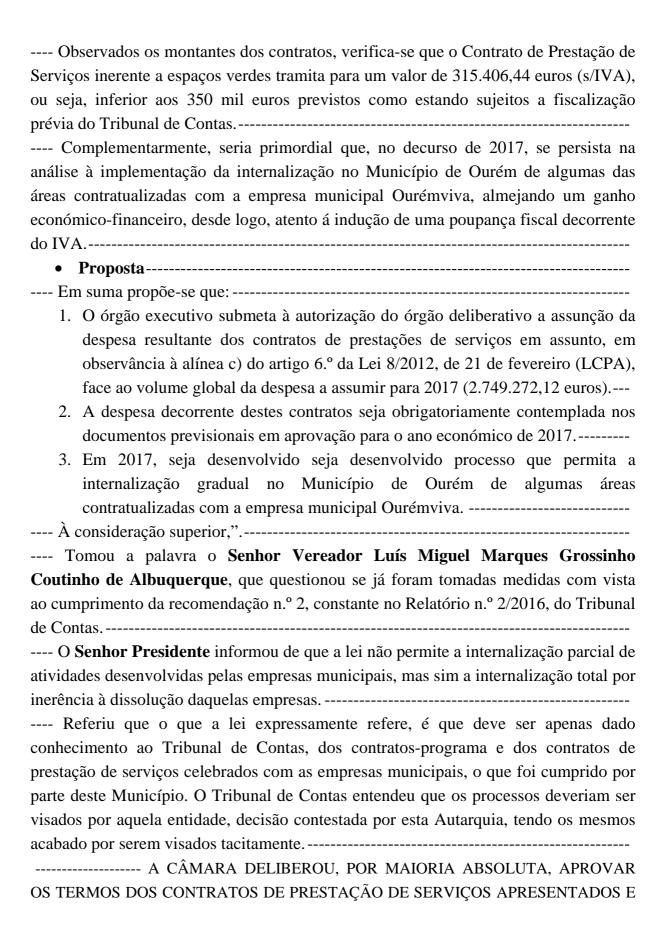
• Fundos disponíveis nos termos da LCPA -----

---- Se autorizado, pelo órgão executivo, o pedido excepcional de aumento temporário dos fundos disponíveis, proposto no n.º 4 da informação n.º 101/2016/DGF/583 (registo SGD 28582/2016), os compromissos financeiros que emanam dos contratos em assunto, irão dispor, em janeiro de 2017, de fundos disponíveis em montante suficiente.

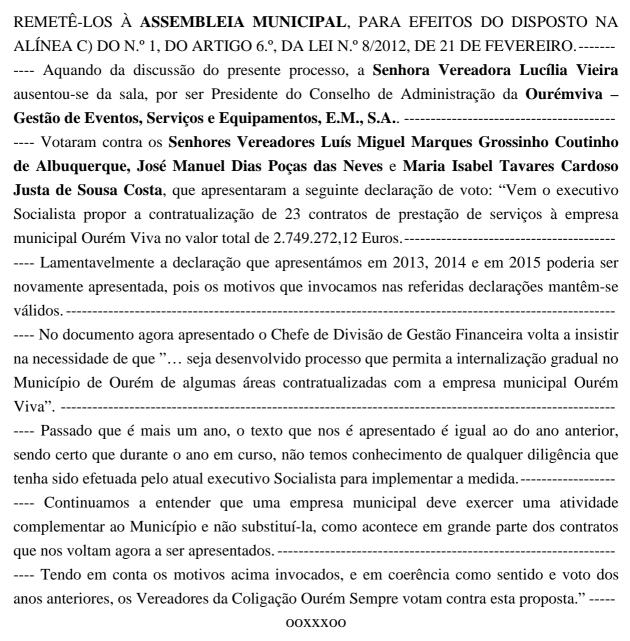
• Objeto dos contratos ------

---- Os contratos em referência reportam-se a prestações de serviços, pelo que os valores propostos deverão enquadrar-se a preços de mercado.-----







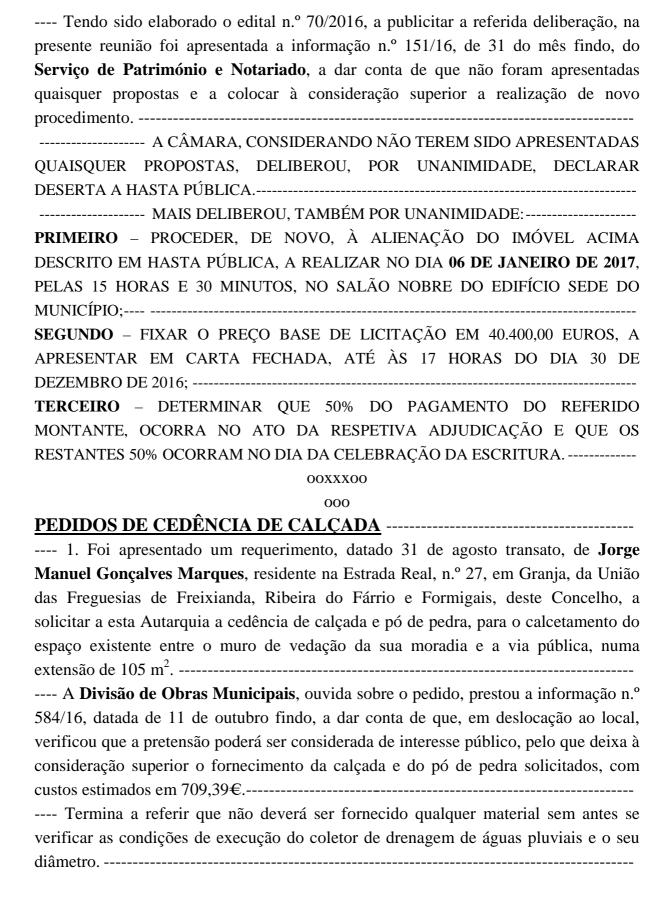


000

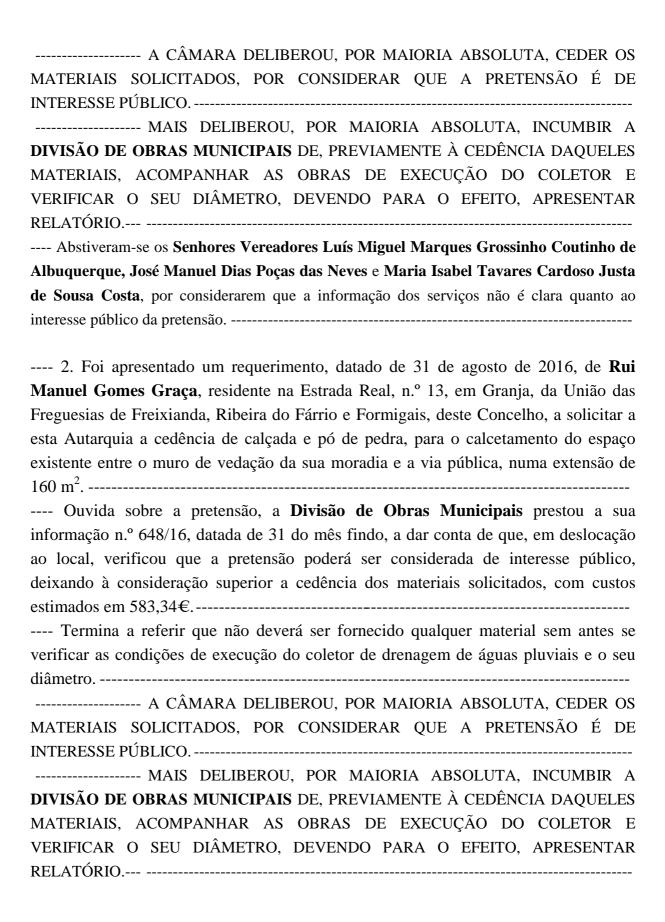
PROPOSTA DE ALIENAÇÃO DO LOTE N.º 6 DO LOTEAMENTO N.º 3/1988 – MOITA REDONDA - FÁTIMA ------

---- Na reunião de 30 de setembro transato, a Câmara deliberou proceder à alienação em hasta pública do lote n.º 6, inserido no loteamento n.º 3/1988, com a área de 855 m², sito em Vagens, na localidade de Moita Redonda, da Freguesia de Fátima, deste Concelho, inscrito na matriz predial urbana da dita freguesia sob o artigo n.º 6354 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Ourém sob o n.º 592, fixando-se o preço base em 40.400,00 euros, a apresentar em carta fechada, até às 17 horas do dia 28 de outubro de 2016, sendo a abertura das propostas efetuada na presente reunião. --

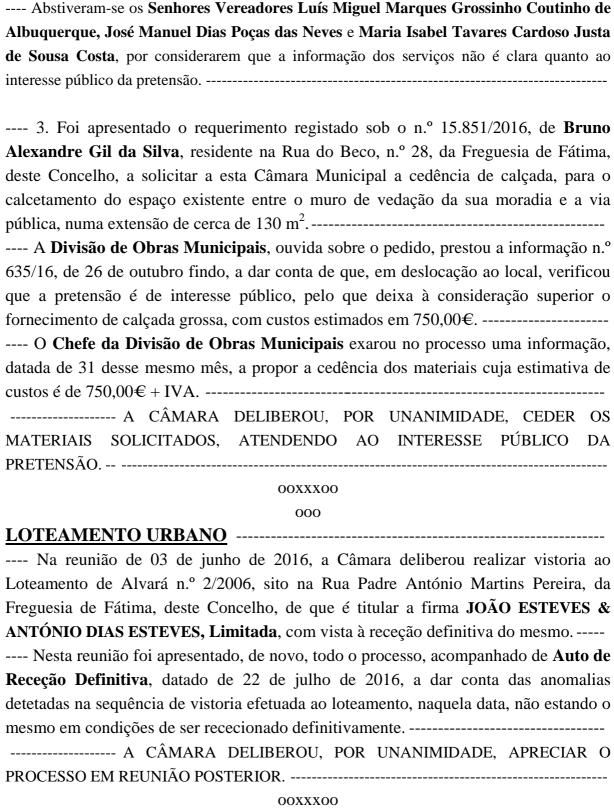






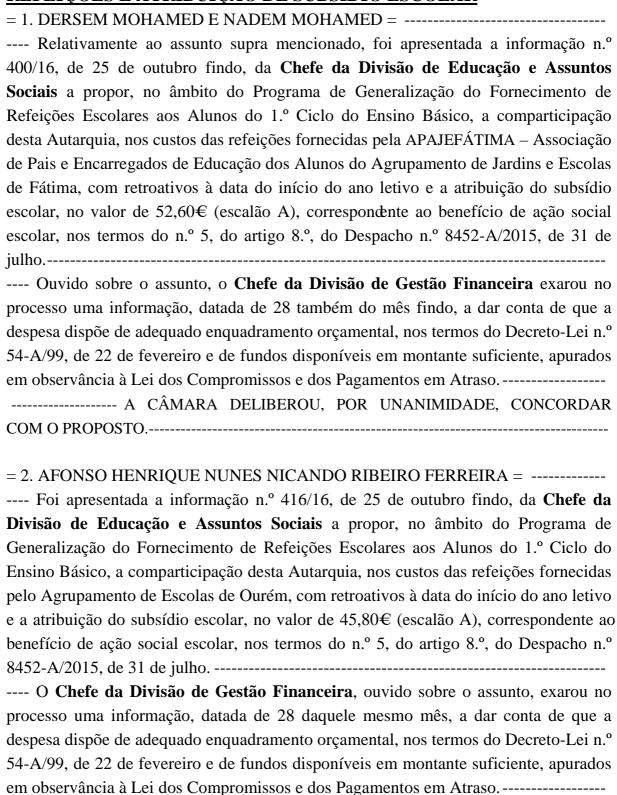




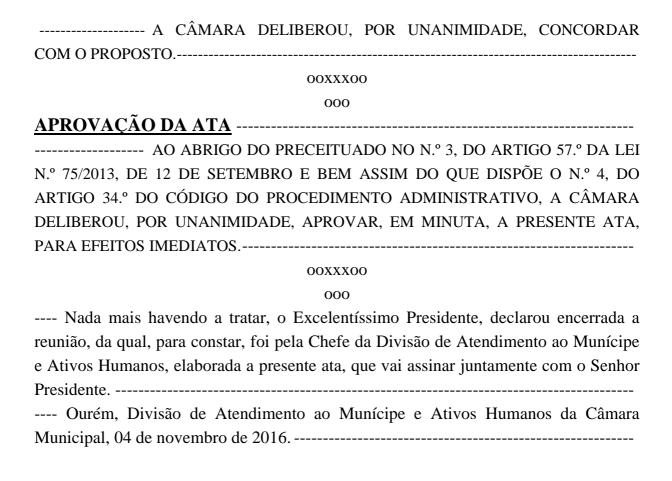




AÇÃO SOCIAL ESCOLAR – COMPARTICIPAÇÃO NO CUSTO DE REFEIÇÕES E ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO ESCOLAR------







O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

A CHEFE DA DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE E ATIVOS HUMANOS,



ORDEM DO DIA PARA A REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL MARCADA PARA 04/11/2016

= PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA" – ARTIGO 52.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO

1. PRESIDÊNCIA

1.1. COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE DA CÂMARA

- = Da aprovação dos projetos de licenças para construção, reedificação ou conservação sobre os quais despachou em conformidade com a delegação de competências, efetuada em reunião de 2015.05.29;
- = Da aprovação de licenças em processos com competência delegada ao abrigo do n.º 1, do artigo 34.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- = Pagamentos.

1.2. SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

- = Autorização prévia para ações de (re)arborização:
 - 1. Carta registada sob o n.º 28.069/2016, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Agostinho Henriques Francisco;
 - 2. Carta registada sob o n.º 29.018/2016, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Davide do Rosário Silva;
 - 3. Carta registada sob o n.º 29.019/2016, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de António Faria Alves dos Santos;
 - 4. Carta registada sob o n.º 29.020/2016, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Augusto Filipe Vieira.

2. DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE E ATIVOS HUMANOS

2.1. SECÇÃO DE EXPEDIENTE

- = Mapas de turnos das Farmácias 2017 Ofício de referência 11.302/UOFF, datado de 06 de outubro de 2016, da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P.;
- = Ampliação do número de compartes Requerimento registado sob o n.º 29.391/2016, de António Afonso Pinto Ribeiro e Maria do Céu Rodrigues Fernandes Ribeiro, sobre prédio sito em Aldeia Nova União das Freguesias de Gondemaria e Olival.

3. DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

- = Proposta de protocolos:
 - 1. Requalificação do Cemitério de Atouguia Informação n.º 99/16, de 31 de outubro, do chefe da Divisão de Gestão Financeira (DGF);
 - 2. Ampliação do Cemitério de Alburitel Informação n.º 100/16, de 31 de outubro, do Chefe da DGF:
- = Ourémviva Gestão de Eventos, Serviços e Equipamentos, E.M., S.A.:
 - 1. Contratos-programa para o ano 2017 Ofício n.º 315/2016, de 19 de outubro, da empresa municipal;
 - 2. Contratos de prestação de serviços para 2017 Ofício n.º 316/2016, de 19 de outubro, da empresa municipal.



3.1. PATRIMÓNIO E NOTARIADO

= Proposta de alienação do lote n.º 6 do Loteamento n.º 3/1988 – Moita Redonda – Fátima – Hasta Pública – Informação n.º 151/16, de 31 de outubro, do Serviço de Património e Notariado.

4. DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS

- = Pedidos de cedência de calçada:
 - 1. Requerimento datado de 31 de agosto de 2016, de Jorge Manuel Gonçalves Marques;
 - 2. Requerimento datado de 31 de agosto de 2016, de Rui Manuel Gomes Graça;
 - 3. Requerimento registado sob o n.º 15.851/2016, de Bruno Alexandre Gil da Silva.

5. DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

= Loteamento urbano - Receção definitiva - Informação n.º 51/16, de 31 de outubro, da Divisão de Gestão Urbanística.

6. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E ASSUNTOS SOCIAIS

- = Ação Social Escolar Comparticipação no custo de refeições e atribuição de subsídio escolar:
 - 1. Informação n.º 400/16, de 25 de outubro, da Chefe da Divisão de Educação e Assuntos Sociais (DEAS);
 - 2. Informação n.º 416/16, de 25 de outubro, da Chefe da DEAS.

Câmara Municipal de Ourém, 31 de outubro de 2016

O Vice-Presidente da Câmara

Nazareno José Menitra do Carmo



DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

Processos deferidos por despacho dos Exmos. Presidente e Vereadores, 21-10-2016 a 03-11-2016

Processo nº	Requerente	Local
112/2014	Ana Cristina Vieira Costa	Rua do Outeiro – nº 15 - Ninho d' Águia – Cercal – da União das Freguesias de Matas e Cercal
287/2014	Carlos Manuel Pereira da Costa	Rua da Cerâmica – nº 12 – Fartaria – Gondemaria – da União das Freguesias de Gondemaria e Olival
272/2015	Emília Domingos dos Santos	Rua do Canto – Giesteira – Freguesia de Fátima
199/2015	Fábio André dos Reis Henriques	Rua dos Gabaríeis – nº 553 – Freguesia de Atouguia
732/2013	Olinda Silva Furtado Ramos Deus	Rua da Tacoaria – nº 1 – Freguesia de Seiça

Ourém, 04 de novembro de 2016

A Assistente Técnica de Apoio Administrativo da DGU



DIREÇÃO INTERMÉDIA 3º GRAU DE LICENCIAMENTOS NÃO URBANÍSTICOS Processos deferidos por despacho do Ex.mo Presidente e/ou Vereador, de 21/10/2016 a 03/11/2016

Número Entrada	Requerente	Tipo de Licenciamento
28097	Manuel da Silva Ferreira	Concessão sepultura perpétua
27610	Farmácia Fátima	Magusto
26717	Rafael Vieira Coelho, Unipessoal, Lda.	Licença Especial de Ruído
27928	Rafael Vieira Coelho, Unipessoal, Lda.	Licença de Recinto Improvisado
28464	Ramiro Arquimedes Batista Marques	Inumação de Cadáver
26632	Condomínio do Ed. São Paulo 18-Fátima	Inspeção de elevador
28154	Aliança de Santa Maria	Inspeção de elevador
28524	António das Neves Júnior	Inspeção de elevador
28523	António das Neves Júnior	Inspeção de elevador
28729	Pacis Vrbs – Turismo, Lda.	Inspeção de elevador
28806	Clara Cristina dos Anjos Costa Ferreira	Inspeção de elevador
28555	Liftima Elevadores, Lda.	Inspeção de elevador
29043	Hotel Santo Amaro, Lda.	Inspeção de elevador
29028	Hotel Santo Amaro, Lda.	Inspeção de elevador
29026	Condomínio Jacinta Marto n.º 9 – Fátima	Inspeção de elevador
29081	Hotel Santo Amaro, Lda.	Inspeção de elevador
29074	Hotel Santo Amaro	Inspeção de elevador
29035	Santo António de Fátima – Empreendimentos Hoteleiros, Lda.	Inspeção de elevador
28928	Iriatur – Empreendimentos Turísticos, Lda.	Inspeção de elevador
28825	Província Portuguesa das Filhas da Caridade de S. Vicente de Paulo	Inspeção de elevador
29194	Liftime – Elevadores, Lda.	Inspeção de elevador
29195	Liftime – Elevadores, Lda.	Inspeção de elevador
29190	Congregação das Irmãs Rep. N.ª S.ª de Fátima	Inspeção de elevador



28587 Holyfatima – Exportação Turística, Lda. Inspeção de elevador

Ourém, 04 novembro de 2016

Jacinto Costa

(Dirigente de Direção Intermédia da Unidade 3.º Grau de Licenciamentos Não Urbanísticos, Despacho 48/2015, de 2015/Agosto/21)



APOIO AO INVESTIMENTO

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM E A FREGUESIA DE ATOUGUIA – "REQUALIFICAÇÃO DO CEMITÉRIO DE ATOUGUIA - ATOUGUIA"

PREÂMBULO

Considerando que:

- O Município de Ourém pretende dignificar os Cemitérios existentes, circunstância que tem motivado a atribuição de apoios financeiros para requalificação e ampliação destes equipamentos.
- 2. A Freguesia de Atouguia manifestou a necessidade de requalificar o cemitério situado em Atouguia, cuja propriedade e gestão é da referida autarquia local.
- 3. Os municípios dispõem de atribuições quer no domínio do equipamento rural e urbano, quer na área do ambiente, de acordo com as alíneas a) e k), do n.º 2 do artigo 23.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.
- 4. As freguesias dispõem de competências próprias quer no âmbito do equipamento rural e urbano, quer na área do ambiente, de acordo com as alíneas a) e h) do n.º 2 do artigo 7.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.
- 5. As receitas próprias e as verbas provenientes do Orçamento de Estado, afetas às Freguesias, são manifestamente insuficientes para a prossecução das suas atribuições.
- 6. Os municípios devem promover a salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias.

Pelo exposto e nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é celebrado o presente protocolo entre

PRIMEIRO OUTORGANTE: Município de Ourém, pessoa coletiva de direito público com o NIPC 501 280 740, com sede em Ourém, na Praça D. Maria II, n.º 1, 2490–499 Ourém representado neste ato pelo Presidente da respetiva Câmara Municipal, Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca;



е

SEGUNDO OUTORGANTE: Freguesia de Atouguia, pessoa coletiva de direito público com o NIPC 507 233 816, com sede em Estrada de Fátima nº 1367 em Atouguia, representada neste ato pelo Presidente da respetiva Junta de Freguesia, António Henriques Pereira.

O qual se rege pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1.^a (Objecto)

Constitui objeto do presente Protocolo a atribuição de um apoio financeiro, o qual visa financiar os encargos decorrentes do investimento na "Requalificação do Cemitério de Atouguia", situado em Atouguia, conforme projeto técnico previsto em Anexo – I.

CLÁUSULA 2.ª

(Apoio financeiro)

- O Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante um apoio financeiro até ao montante de 34.826,30€ (Trinta e Quatro Mil, Oitocentos e Vinte e Seis Euros e Trinta Cêntimos), de acordo com o plano de pagamentos previsto na cláusula seguinte.
- Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja superior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro atribuído pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao montante atribuído referido no número anterior.
- 3. Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja inferior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro a conceder pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao valor executado.

CLÁUSULA 3.ª

(Plano de pagamentos)

- 1. O apoio atribuído obedece ao seguinte plano de pagamentos estabelecido no Anexo II, o qual decorrerá de janeiro de 2017 a julho de 2017.
- 2. O pagamento da segunda e seguintes prestações está condicionado à apresentação de documentos de despesa e a comprovativo do pagamento de despesas em montante igual ou superior ao montante referente à prestação anterior.



3. Nos 30 dias subsequentes à ocorrência da última prestação, deverá o Segundo Outorgante efetuar a apresentação de documentos de despesa e respetivos comprovativos de pagamento em montante igual ou superior ao montante da respetiva prestação, facto que, caso não ocorra, implica a devolução do valor pago correspondente à última prestação.

4.	O pagamer	nto se	rá efetuado	por tran	nsferê	encia bancá	iria, ¡	para a conta b	ancária da
	Freguesia	de	Atouguia,	com	0	número	de	identificação	bancária
						_, da		entidade	bancária
						, conforme	cons	sta no Anexo –	III, que faz
	parte integra	ante do	presente pr	otocolo.					

CLÁUSULA 4.ª

(Obrigações do Segundo Outorgante)

O Segundo Outorgante obriga-se ao seguinte:

- a) Cooperar com o Primeiro Outorgante no acompanhamento ao cumprimento do presente Protocolo;
- b) Aplicar e administrar corretamente a comparticipação financeira que lhe está a ser concedida tendo em conta o objeto do presente protocolo;
- c) Manter nas suas instalações um dossier devidamente organizado com todos os documentos suscetíveis de comprovar as informações e as declarações prestadas no âmbito deste protocolo, bem com os documentos comprovativos da realização das despesas, sob a forma de documentos originais ou cópias autenticadas e disponibilizá-lo (diretamente ou através dos seus representantes legais) para consulta sempre que solicitado pelo Primeiro Outorgante, no âmbito do acompanhamento, controlo e auditoria das operações, devendo ser mantido durante cinco anos após o término do presente protocolo;
- d) Apresentar a situação regularizada perante a Segurança Social e a Direcção-Geral dos Impostos;
- e) Observar o cumprimento ao estabelecido no Código dos Contactos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro);
- f) Cumprir as normas técnicas, legais e regulamentares a que o Primeiro Outorgante está sujeito;
- g) Comunicar ao Primeiro Outorgante o início da realização dos trabalhos a executar.



CLÁUSULA 5.ª

(Direitos do Segundo Outorgante)

Constituem direitos do Segundo Outorgante:

- a) Receber atempadamente as transferências financeiras previstas no presente contrato.
- b) Solicitar ao Primeiro Outorgante apoio técnico no planeamento das intervenções a executar, conforme estabelece a cláusula seguinte.

CLÁUSULA 6.ª

(Apoio técnico)

O Primeiro Outorgante apoiará tecnicamente o Segundo Outorgante no âmbito do presente protocolo, através dos recursos humanos e meios disponíveis no Município, em estrita observância à racionalidade das necessidades demonstradas e sem prejuízo do normal funcionamento dos serviços municipais.

CLÁUSULA 7.ª

(Acompanhamento e fiscalização da obra objecto de apoio)

A execução física da obra será objecto de acompanhamento e fiscalização por equipa definida pelo Primeiro Outorgante, à qual compete autenticar a conformidade dos autos de medição elaborados.

CLÁUSULA 8.ª

(Divulgação ao apoio financeiro concedido)

O Segundo Outorgante deverá proceder à publicitação, junto do(s) imóvel(eis) objecto de intervenção, o montante total de investimento, bem como do montante comparticipado pelo Primeiro Outorgante.

CLÁUSULA 9.ª

(Obtenção cumulativa de outro financiamento público externo)

1. Caso o Segundo Outorgante obtenha outro financiamento externo público, diretamente consignado ao objeto de apoio estabelecido, designadamente o disposto na cláusula 1.ª deverá de imediato comunicar a referida ocorrência ao Primeiro Outorgante, especificando as componentes elegíveis e o montante obtido.



2. Na circunstância de se verificar o previsto no número anterior, o Primeiro Outorgante condicionará os apoios financeiros atribuídos no presente protocolo, até ao montante não comparticipado por outras entidades públicas, com o propósito de não se verificar um duplo financiamento público consignado ao objeto definido na cláusula 1.ª.

CLÁUSULA 10.ª

(Acompanhamento e controlo do contrato)

- 1. O Acompanhamento e Controlo do presente Protocolo de Comparticipação competem ao Primeiro Outorgante, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, verificar a sua boa execução.
- 2. O Segundo Outorgante compromete-se a facultar todos os elementos solicitados bem como fazer-se acompanhar aquando da visita prevista no número anterior.

CLÁUSULA 11.ª

(Revisão ao Protocolo)

O presente Protocolo pode ser objeto de revisão, por acordo das partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo Primeiro Outorgante devido a imposição legal ou ponderoso interesse público.

CLÁUSULA 12.ª

(Denúncia)

O Protocolo pode ser denunciado por ambas as partes, através de proposta fundamentada, sendo a denúncia obrigatoriamente comunicada à outra parte com uma antecedência mínima de 60 dias.

CLÁUSULA 13.ª

(Incumprimento, rescisão e sanções)

- 1. O incumprimento pelo Segundo Outorgante das condições estabelecidas no presente Protocolo constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do Primeiro Outorgante e implica a devolução dos montantes eventualmente já recebidos.
- 2. O incumprimento do presente Protocolo constitui um impedimento para que se verifique a atribuição de apoio qualquer apoio financeiro ao Segundo Outorgante, durante um período mínimo de três anos.



CLÁUSULA 14.ª

(Vigência do Protocolo de Colaboração)

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.ª, o período de vigência do presente Protocolo inicia-se com a sua celebração e decorre até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa ao apoio atribuído.

Aprovações:	
Câmara Municipal: Assembleia Municipal:	
O presente Protocolo de Colaboração comp folhas respeitantes aos Anexos, que irão ser folha 7, em virtude de conter as assinaturas do	rubricadas pelos Outorgantes, à exceção da
Celebrado aos () dias do mês de igual teor e validade, destinando-se cada um c	
Pelo Primeiro Outorgante,	Pelo Segundo Outorgante,
Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca	António Henriques Pereira



APOIO AO INVESTIMENTO

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM E A FREGUESIA DE ALBURITEL – "AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DE ALBURITEL - ALBURITEL"

PREÂMBULO

Considerando que:

- 7. O Município de Ourém pretende dignificar os Cemitérios existentes, circunstância que tem motivado a atribuição de apoios financeiros para requalificação e ampliação destes equipamentos.
- 8. A Freguesia de Albuitel manifestou a necessidade de ampliar o cemitério situado em Alburitel, cuja propriedade e gestão é da referida autarquia local.
- 9. Os municípios dispõem de atribuições quer no domínio do equipamento rural e urbano, quer na área do ambiente, de acordo com as alíneas a) e k), do n.º 2 do artigo 23.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.
- 10. As freguesias dispõem de competências próprias quer no âmbito do equipamento rural e urbano, quer na área do ambiente, de acordo com as alíneas a) e h) do n.º 2 do artigo 7.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.
- 11. As receitas próprias e as verbas provenientes do Orçamento de Estado, afetas às Freguesias, são manifestamente insuficientes para a prossecução das suas atribuições.
- 12. Os municípios devem promover a salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias.

Pelo exposto e nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é celebrado o presente protocolo entre

PRIMEIRO OUTORGANTE: Município de Ourém, pessoa coletiva de direito público com o NIPC 501 280 740, com sede em Ourém, na Praça D. Maria II, n.º 1, 2490–499 Ourém



representado neste ato pelo Presidente da respetiva Câmara Municipal, Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca:

е

SEGUNDO OUTORGANTE: Freguesia de Alburitel, pessoa coletiva de direito público com o NIPC 507 135 253, com sede na Rua dos Moinhos, em Alburitel, representada neste ato pelo Presidente da respetiva Junta de Freguesia, Elias Dias da Silva.

O qual se rege pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1.ª (Objecto)

Constitui objeto do presente Protocolo a atribuição de um apoio financeiro, o qual visa financiar os encargos decorrentes do investimento na "Ampliação do Cemitério de Alburitel", situado em Alburitel, conforme projeto técnico previsto em Anexo – I.

CLÁUSULA 2.ª

(Apoio financeiro)

- 4. O Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante um apoio financeiro até ao montante de 33.920,00€ (Trinta e Três Mil, Novecentos e Vinte Euros), de acordo com o plano de pagamentos previsto na cláusula seguinte.
- Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja superior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro atribuído pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao montante atribuído referido no número anterior.
- **6.** Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja inferior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro a conceder pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao valor executado.

CLÁUSULA 3.ª

(Plano de pagamentos)

5. O apoio atribuído obedece ao seguinte plano de pagamentos estabelecido no Anexo – II, o qual decorrerá de janeiro de 2017 a julho de 2017.



- 6. O pagamento da segunda e seguintes prestações está condicionado à apresentação de documentos de despesa e a comprovativo do pagamento de despesas em montante igual ou superior ao montante referente à prestação anterior.
- 7. Nos 30 dias subsequentes à ocorrência da última prestação, deverá o Segundo Outorgante efetuar a apresentação de documentos de despesa e respetivos comprovativos de pagamento em montante igual ou superior ao montante da respetiva prestação, facto que, caso não ocorra, implica a devolução do valor pago correspondente à última prestação.

8.	O pagamen	to ser	á efetuado	por tra	nsferê	ncia bancá	iria,	para a	conta	bancária	da
	Freguesia	de	Alburitel,	com	0	número	de	ident	tificação	banc	ária
						, da	da entidad		ade	banc	ária
						, conforme	con	sta no /	Anexo -	- III, que	faz
parte integrante do presente protocolo.											

CLÁUSULA 4.ª

(Obrigações do Segundo Outorgante)

O Segundo Outorgante obriga-se ao seguinte:

- h) Cooperar com o Primeiro Outorgante no acompanhamento ao cumprimento do presente Protocolo;
- i) Aplicar e administrar corretamente a comparticipação financeira que lhe está a ser concedida tendo em conta o objeto do presente protocolo;
- j) Manter nas suas instalações um dossier devidamente organizado com todos os documentos suscetíveis de comprovar as informações e as declarações prestadas no âmbito deste protocolo, bem com os documentos comprovativos da realização das despesas, sob a forma de documentos originais ou cópias autenticadas e disponibilizá-lo (diretamente ou através dos seus representantes legais) para consulta sempre que solicitado pelo Primeiro Outorgante, no âmbito do acompanhamento, controlo e auditoria das operações, devendo ser mantido durante cinco anos após o término do presente protocolo;
- k) Apresentar a situação regularizada perante a Segurança Social e a Direcção-Geral dos Impostos;
- I) Observar o cumprimento ao estabelecido no Código dos Contactos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro);



- m) Cumprir as normas técnicas, legais e regulamentares a que o Primeiro Outorgante está sujeito;
- n) Comunicar ao Primeiro Outorgante o início da realização dos trabalhos a executar.

CLÁUSULA 5.ª

(Direitos do Segundo Outorgante)

Constituem direitos do Segundo Outorgante:

- c) Receber atempadamente as transferências financeiras previstas no presente contrato.
- d) Solicitar ao Primeiro Outorgante apoio técnico no planeamento das intervenções a executar, conforme estabelece a cláusula seguinte.

CLÁUSULA 6.ª

(Apoio técnico)

O Primeiro Outorgante apoiará tecnicamente o Segundo Outorgante no âmbito do presente protocolo, através dos recursos humanos e meios disponíveis no Município, em estrita observância à racionalidade das necessidades demonstradas e sem prejuízo do normal funcionamento dos serviços municipais.

CLÁUSULA 7.ª

(Acompanhamento e fiscalização da obra objecto de apoio)

A execução física da obra será objecto de acompanhamento e fiscalização por equipa definida pelo Primeiro Outorgante, à qual compete autenticar a conformidade dos autos de medição elaborados.

CLÁUSULA 8.ª

(Divulgação ao apoio financeiro concedido)

O Segundo Outorgante deverá proceder à publicitação, junto do(s) imóvel(eis) objecto de intervenção, o montante total de investimento, bem como do montante comparticipado pelo Primeiro Outorgante.



CLÁUSULA 9.ª

(Obtenção cumulativa de outro financiamento público externo)

- 1. Caso o Segundo Outorgante obtenha outro financiamento externo público, diretamente consignado ao objeto de apoio estabelecido, designadamente o disposto na cláusula 1.ª deverá de imediato comunicar a referida ocorrência ao Primeiro Outorgante, especificando as componentes elegíveis e o montante obtido.
- 2. Na circunstância de se verificar o previsto no número anterior, o Primeiro Outorgante condicionará os apoios financeiros atribuídos no presente protocolo, até ao montante não comparticipado por outras entidades públicas, com o propósito de não se verificar um duplo financiamento público consignado ao objeto definido na cláusula 1.ª.

CLÁUSULA 10.ª

(Acompanhamento e controlo do contrato)

- 1. O Acompanhamento e Controlo do presente Protocolo de Comparticipação competem ao Primeiro Outorgante, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, verificar a sua boa execução.
- 2. O Segundo Outorgante compromete-se a facultar todos os elementos solicitados bem como fazer-se acompanhar aquando da visita prevista no número anterior.

CLÁUSULA 11.ª

(Revisão ao Protocolo)

O presente Protocolo pode ser objeto de revisão, por acordo das partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo Primeiro Outorgante devido a imposição legal ou ponderoso interesse público.

CLÁUSULA 12.ª

(Denúncia)

O Protocolo pode ser denunciado por ambas as partes, através de proposta fundamentada, sendo a denúncia obrigatoriamente comunicada à outra parte com uma antecedência mínima de 60 dias.



CLÁUSULA 13.ª

(Incumprimento, rescisão e sanções)

- 1. O incumprimento pelo Segundo Outorgante das condições estabelecidas no presente Protocolo constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do Primeiro Outorgante e implica a devolução dos montantes eventualmente já recebidos.
- 2. O incumprimento do presente Protocolo constitui um impedimento para que se verifique a atribuição de apoio qualquer apoio financeiro ao Segundo Outorgante, durante um período mínimo de três anos.

CLÁUSULA 14.ª

(Vigência do Protocolo de Colaboração)

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.ª, o período de vigência do presente Protocolo inicia-se com a sua celebração e decorre até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa ao apoio atribuído.

Aprovações:	
Câmara Municipal:	
Assembleia Municipal:	
	reende <u>7</u> folhas às quais se juntam
•	r rubricadas pelos Outorgantes, à exceção da
folha 7, em virtude de conter as assinaturas d	os mesmos.
Celebrado aos () dias do mês de	de 2016, em dois exemplares de
igual teor e validade, destinando-se cada um o	deles aos seus Outorgantes.
Pelo Primeiro Outorgante,	Pelo Segundo Outorgante,
-	_

Elias Dias da Silva

Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca